



MOÇÃO

Os Militares presentes na concentração “*Requiem Pela Condição Militar*” no dia 20 de Junho de 2012, manifestam a sua preocupação com a situação que o País está a atravessar, particularmente nos danos que poderão advir para a coesão nacional com a aplicação das diversas medidas restritivas para a maioria do Povo Português e para as suas Forças Armadas.

A obstinação na aplicação das medidas aprovadas pelo Governo, conduz à progressiva descaracterização e desarticulação das Forças Armadas e, conseqüentemente, põe em causa as missões de interesse público ao serviço do Povo Português e o exercício da defesa militar da República, conforme o previsto na Constituição.

A Função Militar, para ser exercida, necessita de condições mínimas para que se possa atingir o indispensável quadro de qualidade, eficiência e prontidão que os cidadãos portugueses esperam das suas Forças Armadas.

Face a este quadro, decidem:

- 1 - Que não aceitam que a pretexto da tão propalada crise, para a qual não contribuíram, não se leve a cabo a resolução dos problemas enumerados pelas ANS e AP;
- 2 - Exigir que se respeitem, cumprindo e honrando, os compromissos assumidos relativamente ao regime de incentivos criados para os militares do Regime de Contrato;
- 3 – Não aceitar que o Fundo de Pensões do Militares das Forças Armadas esteja no cadafalso, com data de execução da sentença de morte publicada e publicitada, sem que sejam apresentadas medidas de salvaguarda dos interesses e direitos entretanto acumulados, ao mesmo tempo que não se apresentam alternativas para o tornar credível e apetecível para as novas gerações de militares. No quadro de dificuldades impostas aos portugueses, não é admissível que se imponha aos cidadãos reformados que vivam neste estado de indefinição e incerteza;
- 4 - Exigir que a chamada “*reforma da saúde militar*”, assegure a qualidade, capacidade e prontidão de resposta dos serviços de saúde, tendo como princípio de que a Saúde não é um privilégio, antes uma imposição operacional, e também um direito de que a Família Militar não pode prescindir;
- 5 – Repudiar a campanha pública que visou denegrir a imagem dos militares e das Forças Armadas a coberto de alegadas “irregularidades” cometidas relativamente a remunerações e progressões na carreira, e exigir a aplicação do estipulado no artigo 31º do Decreto-Lei 296/2009 (regime de transição para as posições remuneratórias) de modo a que todos os militares vejam reconhecidas as suas remunerações, conforme o seu posto e antiguidade, evitando que militares mais modernos afixem vencimentos superiores a outros mais antigos, no mesmo posto;

Associações Profissionais de Militares



ANS



AP

6 - Não aceitar a situação em que a redução das remunerações e pensões, aliada aos cortes dos subsídios de férias e de Natal, de duvidosa constitucionalidade, e ao aumento generalizado dos impostos, em claro incumprimento com as promessas eleitorais, esteja já a atirar muitas das nossas famílias para o limiar da impossibilidade de cumprir com os compromissos financeiros, fiscais e sociais assumidos, tornando a vida dos militares e das suas famílias cada vez mais difícil, colocando em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas;

7 – Não dar cobertura nem pactuar com o “*folhetim das promoções*” que, pese embora o descongelamento decorrente da aprovação do Orçamento Rectificativo, mantém o secretismo que rodeia este assunto gerando um conjunto de preocupações, mistificações, boatos e dúvidas, continuando por definir qual o universo a abranger, quais os critérios a aplicar e qual a dimensão das eventuais promoções. Pelo contrário, exigem a efectiva, objectiva e equilibrada aplicação das necessárias promoções;

8 – Exigir que decisões sobre matérias importantes para os militares, que estão em processo de elaboração, discussão, ou estudo sejam sempre acompanhadas pelas Associações Profissionais de Militares (APM) e que estas sejam chamadas a pronunciar-se, dando cumprimento ao que está previsto na Lei;

9 – Reafirmar que os militares portugueses juraram perante a Bandeira Nacional e o Povo Português, defender a Pátria, a Constituição da República Portuguesa e demais Leis da República, mesmo com o sacrifício da própria vida e por isso não aceitam a degradação das condições de vida que vêm sendo impostas de forma unilateral aos portugueses, dificultando as condições de acesso à Saúde, Educação e Justiça, princípios básicos de qualquer nação civilizada, afectando assim gravemente a Coesão Nacional;

10 - Os militares presentes nesta concentração, decidem ainda mandar as Direcções da ANS e AP para:

- Fazer chegar junto do Primeiro-ministro estas exigências e preocupações de modo a que vejam respeitada e salvaguardada a Dignidade da Condição Militar.
- Levarem a cabo as iniciativas necessárias para a defesa dos seus interesses socioprofissionais e dos Militares das Forças Armadas, considerando a gravidade e pertinência das questões enumeradas.

Lisboa, 20 de Junho de 2012